

RESENHA CRÍTICA: O QUE É LUGAR DE FALA?Lara Bethânia Lima Silveira¹

Em seu projeto *Feminismos Plurais*, Djamila Ribeiro traz para as prateleiras das livrarias e para os acervos digitais obras de urgente leitura. Mais do que palavras ela transfere, de forma resiliente, poder. O conhecimento é poder. *O que é lugar de fala*, primeiro livro da coleção *Feminismos Plurais*, foi publicado pela autora no ano de 2017 em parceria com a editora Letramento. Na apresentação, Djamila nos dá uma visão panorâmica da sua intencionalidade. Para explicar sobre o lugar de fala, a autora traz questões interseccionais. A historicidade das estruturas sociais, econômicas e éticas emaranhadas em uma sociedade opressora, discriminatória e racista é aliada na compreensão dos questionamentos apresentados no decorrer dos quatro discursos dispostos no livro.

Para chegar-se de fato ao conceito de lugar de fala, Djamila discorre os percursos intelectuais vivenciados pelas mulheres negras em *Um pouco de História*. Fortalecendo suas falas há o abarcamento de citações potentes de mulheres, predominantemente negras, evidenciando a luta feminina para realização de discursos anti homogêneos ao serem visualizadas como, também, elemento político. Afinal como Truth proclamou em sua participação na Convenção dos Direitos das Mulheres,

Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para, sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima! E agora eles estão pedindo para fazer isto. É melhor que os homens não se metam. (Ribeiro, 2017 *apud* Truth, 1851)

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

Djamila Taís Ribeiro dos Santos, nascida em 01 de agosto de 1980 em Santos, São Paulo, é mestra em filosofia política formada pela Unifesp. Iniciou sua jornada na militância ainda na infância e hoje atua fortemente nas relações entre raça e gênero e feminismo, além de ser colunista no jornal *Folha de S. Paulo* e na revista *Marie Claire*. Seu projeto intitulado *Feminismos Plurais* conta com oito obras escritas por ativistas negros, abordando a temática de forma didática e acessível. Com uma validade irreduzível, essa obra, além de todas as outras escritas, possui uma vantajosa leitura, conveniente para estudiosos, pesquisadores, acadêmicos, ativistas e aos populares. Entre outros livros de prestígio de Djamila estão *Pequeno manual antirracista* e *Quem tem medo do feminismo negro?*.

Submetido em: 14 de nov. 2021

Aceito em: 06 de dez. 2023

¹Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Guanambi, Bahia – Brasil

*E-mail para correspondência: laralimagbi94@gmail.com

Evidencia-se desse modo, os desafios da representatividade feminina no transcorrer temporal. É necessário abdicar-se dos preceitos universais datados do ser mulher e a sua posição de intelectualidade e passar a considerar de forma eficaz a existência de outros encontros ao feminino, a exemplo da orientação sexual, identidade de gênero, raça e classe social. A inexatidão dessas condições, entretanto, se dá pela invisibilidade e negligência do feminismo negro no percurso historial que já vinha suprimindo as vozes das mulheres, mas que ainda assim, privilegiava e continua a privilegiar determinados grupos.

A partir desses pressupostos Djamila irá incorporar uma das características predominantes no lugar de fala do feminismo negro. *Mulher negra: o outro do outro*. Brutalmente objetificada, dominada e refém da submissão, a mulher factualmente fora interpretada através do outro e destituída da sua subjetividade e humanidade. Essa hierarquização de gênero acarreta, por consequência, o predomínio intelectual e físico das mulheres. Além disso as mulheres são sujeitas negligenciadas à apresentação de mundo, limitando suas possibilidades e colocando-as no lugar do outro. Nessa condição a mulher negra é posta, ainda, em posição do outro do outro. Para Kilomba, (Djamila, 2017 apud 2012, p. 56) esses acontecimentos consolidam a sonegação das mulheres negras nos campos da política e da academia. Essa conjuntura acarreta reflexões fundamentais para que o feminismo possa, com veracidade, contemplar de forma interseccional suas integrantes. Djamila (2017) admite que “quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida.” É necessário ampliar a visão e constatar que há várias formas de ser mulher, reconhecendo as diferenças como aliadas na produção de um discurso capaz de combater todas as formas de opressão vivenciadas, infelizmente, pelas mulheres e notadamente pelas negras.

Ingressando em *O que é lugar de fala?*, constata-se o valor de toda explanação traga por Djamila ao pontuar de forma comumente fundamentada a configuração colonial que retirou da mulher o protagonismo, tornando-a um objeto humanamente abstrato. A autora convida a pensar o discurso em um contexto social de poder e controle. Demasiadamente constatado em redes sociais, discursões associadas a movimentos sociais desvendam o incomodo de grupos que estão majoritariamente no poder com o alavancar das minorias em teor de direitos, explicitando o esvaziamento de conceitos devido a pressão gerada pela ansiedade digital. O discurso pode ainda ser visualizado no contexto da comunicação, onde narrativas incitam a contextualização social e histórica de grupos distintos, comprovando uma delimitação equivalente ao de opressor e de oprimido – os jornais de referência e a imprensa popular.

Partindo então da perspectiva feminina, o lugar de fala demarca diferentes itens em análise. Essas pontuações deixam implícitas como são consideradas as realidades diversas adjuntas a um pressuposto de meritocracia. Djamila manifesta a necessidade de compreender as implicações sociais que limitam o acesso à cidadania, dado que a localização de grupos permitem ou negam oportunidades. Portanto é imprescindível considerar não somente as experiências individuais dos sujeitos, mas a sua conjuntura social. A identidade feminina abrange questões de sexualidade, gênero, classe social e raça, portanto essa produção identitária é a base para elementar a estrutura de desigualdades, emergindo efeitos hierárquicos que impedem a ocupação social emancipatória e equitativa das mulheres.

Outro compromisso firmado pela autora para definir o lugar de fala é a consideração das experiências a partir do lugar que se ocupa socialmente. As formas de ser mulher acarretam condições desiguais e classificatórias, visíveis ao questionarmos onde estão as produções femininas de saberes, vozes e intelectos. As mulheres negras vivenciam mais fortemente essa subalternização do feminino, pois a forma em que são socialmente categorizadas as detém do lugar de fala, colocando-as em uma zona de silêncio construída pelo racismo estrutural. Djamila (2017) consolida esse debate: “O

falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social.” A negação de acesso a determinados espaços, maiormente político e acadêmico, impossibilita a promulgação das especificidades de grupos marginalizados e consequentemente impede que suas vozes sejam conhecidas.

Cabe ressaltar que o discurso não é uma competição ao lugar de fala. Os lugares ocupados por cada grupo produzem diferentes debates, pois é a sua localização que permite aos sujeitos adquirirem experiências e perspectivas diversas. Precisa-se entender, ainda, as diferentes maneiras que esses grupos experimentam de opressões ao intercruzar a sua posição com as demandas de raça, sexualidade, classe e gênero. Desse modo não há prioridade na luta pela fala, pois as opressões vivenciadas são estruturais e não devem ser posicionadas hierarquicamente. Pensa-se então em quem pode falar e para isso, Spivak manifesta-se:

O subalterno não pode falar. Não há valor alguma atribuído à “mulher-negra, pobre” como um item respeitoso na lista de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio. (Spivak, 2010 *apud* Ribeiro, 2017, p. 126.)

Essa citação reitera a negação do direito a voz aos grupos oprimidos por estarem humanamente localizados no irreconhecível. Esse lugar, por sua vez, não deve ser datado como imutável, pois essa hipótese concede fortalecimento ao discurso hétero, branco, cis e colonizador. Além disso, essa ideia normatiza as opressões e faz com que os oprimidos submetam-se a inferiorização da sua posição e capacidade de pensamentos e interpretação. É inconcebível desconsiderar o intelecto desses grupos, pois Djamila (2017) afirma que “os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias.”

Tais demandas retratadas por Djamila nesse capítulo são imprescindíveis para entender, autenticamente, o lugar de fala. É preciso pensar, através da construção social compreendida pelo viés colonizador, quem tem permissão para falar, quem foi silenciado, quais são os limites impostos e como o medo da represaria faz, por vezes, com que se concorde com o discurso hegemônico. Além do mais, há de se reconhecer a preferência branca em permanecer no comodismo do poder de falar dos outros e pelos outros, invés de permitir uma escuta sensível daqueles que foram desumanamente silenciados.

Completando sua obra, Djamila pronuncia que *todo mundo tem lugar de fala*. É preciso quebrar o paradigma de somente falar a partir de determinada localização. Para além disso, entender que todas os sujeitos possuem lugar de fala uma vez que refere-se a uma postura ética e uma localização social, reconhecendo e enxergando, quando pertencentes a uma parcela privilegiada, as mazelas produzidas a partir da sua ocupação e os impactos gerados aos seus singulares. Entender que todo mundo tem lugar de fala permite romper o silêncio instaurado aos subalternizados, seguindo um rumo que fragmente a violência estabelecida pela hierarquia.

Há, nessa obra, uma diligência humanística pertinente levando em consideração os atuais discursos compreendendo, principalmente, gênero e raça. Djamila extraordinariamente se posiciona de modo decolonial, abarcando reflexões potentes e fundamentadas em uma perspectiva coletiva e experimental. É visível que não há intencionalidade de

engrandecimento, mas um propósito, em suas palavras, de movimentar a estrutura patriarcal e colonial que historicamente silencia, violenta e oprime.

Sua escrita, de forma sublime, desperta olhares adormecidos pela hegemonia. Cada releitura instiga novos questionamentos e reflexões que abrangem o sujeito em sua subjetividade e em sua posição social. Escutar é para além de deixar que os subalternos silenciados falem, é permitir instituir-se de saberes intelectuais riquíssimos. Precisa-se de indivíduos capazes de destituir da imposição hierárquica e partir para a instauração e firmamento das lutas travadas pelo lugar de fala.